

Memória e identidade: o impacto do exílio espanhol na Argentina

Dora Schwarzstein

Entre Franco y Perón: memoria e identidad del exilio republicano español en Argentina
Barcelona, Ed. Crítica, 2001, 296p.

Resenhado por José Carlos Sebe Bom Meihy*

AINDA QUE TARDIOS, OS EFEITOS SOCIAIS da Guerra Civil Espanhola estão repontando na Historiografia feita na América Latina exibindo experiências reveladoras da movimentação de evadidos daquela que foi considerada “a última grande causa da humanidade”. Como resultado de longa estrada trilhada por estudiosos dos destinos daqueles que vivenciaram os dramas do fratricídio ocorrido entre 1936 e 39 na Espanha, o exílio tem exigido esforços que atestam a transformação das tendências historiográficas que titubeiam entre uma história institucional ou social.

Em termos historiográficos, tendo que superar fases, foi preciso que se estabelecessem: empenhos estatísticos¹; definição de nomenclatura jurídica entre exílio e imigração²; critérios de política de

* Professor da Universidade de São Paulo.

¹ As preocupações estatísticas foram imediatas ao fim da Guerra, pois implicavam em controle, ajudas e atenção internacional. As entidades internacionais como o *Bureau International du Travail* e o *Service National des Statistiques*, ambos franceses, logo se ocuparam do tema dos evadidos.

² A qualificação jurídica dos evadidos da Espanha é das mais complexas posto que não houve uma saída única e nem organizada. A fronteira da França, de início, funcionou como região imediatamente aberta à recepção de imensos contingentes. Aos poucos, porém foi havendo uma mudança em que muitos voltaram, outros saíram para diferentes países. Assim, torna-se fundamental o debate sobre imigração; exílio; transterro; expatiação, entre outros.

Estados³, até que a História Oral galgasse foros de respeitabilidade acadêmica para, enfim, criar condição de explicações humanitárias visando a identidade construída pelos contingentes de evadidos da Espanha⁴. Mais do que “dar voz aos vencidos”, os testemunhos dos envolvidos, quando bem aproveitados, promovem diálogos entre as diversas alternativas analíticas e dimensionam os dilemas identitários e de memória cultural. Afinal: exilados ou imigrantes? Por que este ou aquele país? Aceitados ou não? Espanhóis ou adaptados?

É verdade que, em geral, primeiro apareceram trabalhos sobre aquele exílio para a Europa em geral e para o norte da África. França, Rússia, Bélgica, Reino Unido, entre outros, foram Estados que se destacaram na “aceitação” daqueles “filhos da Guerra” que, por diferentes impulsos, se viram incorporados como tema de estudos nas respectivas historiografias nacionais sem, contudo, perder a referência da pátria de origem, a Espanha. Como se fossem “espanhóis fora do lugar”, a atenção dos estudiosos tendia para uma consideração do precário, circunstancial, posto que não se excluía a possibilidade da volta. Nesse quadro, questões identitárias eram dispensáveis, pois espanhóis eram espanhóis e no máximo aspectos humanitários, de solidariedade, se projetavam. A estatística e a nomenclatura jurídica se justificavam então, pois a “vitimização” dos sujeitos históricos era evidente⁵.

A indecisão sobre o “retorno” se impunha ao estranho destino daquela que seria chamada por muitos anos “Espanha Errante”, “Espanha Peregrina” ou “Espanha Ausente” como queria Fernando de los Ríos. Isso não deixa de ser fundamental para o entendimento do êxodo que em geral ficou atrapalhado pelo advento imediato, em 1939, da Segunda Grande Guerra. Aliás, o conflito mundial fez silenciar alternativas de estudo da Guerra Civil Espanhola que, em grande escala, passou a ser contemplada como uma espécie de ensaio ou antevéspera do movimento bélico que se seguiu. O apagamento dos dramas pessoais

³ Vários países receptores, aos poucos, vão cuidando da situação político institucional dos espanhóis exilados procedendo ao estabelecimento das normas locais.

⁴ França, México e Rússia, respectivamente, foram os primeiros pólos a publicar testemunhos dos exilados espanhóis.

⁵ Sobre o ponto de vista espanhol leia-se o trabalho de Javier Malagron intitulado “Los Historiadores y la Historia en el Exilio” (1948).

dos espanhóis ficou ofuscado pela premência em se estudar o presente da Guerra Mundial. O que teria acontecido aos milhares de evadidos da Espanha, quase sempre o contingente derrotado, era tema menor frente à premência de explicação dos conflitos seguintes.

Partindo de autores espanhóis ou vinculados à Espanha – fato sintomático do teor do trauma para o grupo gerador do movimento – o ponto de vista analítico ia sendo desvendado e, obsessivamente, acentuava o pressuposto da Espanha como emissora. Assim, os autores tratavam os espanhóis como uma espécie fadada ao retorno⁶. Então, se amiudaram os princípios que viam os evadidos sob o binômio das políticas de imigração nacionais e dos números estatísticos. Isso levava a outro ponto historiograficamente interessante afeito ao papel desse ou daquele Estado frente ao dilema da Espanha. Em termos humanos, no máximo, apenas os grandes nomes, artistas, políticos renomados, cientistas, recebiam atenção. A imensa maioria, porém, composta de pessoas anônimas, ficava recolhida à própria explicação e sorte⁷.

Apenas depois da morte do General Franco, em 1975, é que os estudos passaram a ganhar autonomia e considerar o movimento de exílio levando em conta os dramas de adaptação aos espaços de recepção, ou seja: os países que acolheram a imensa onda de evadidos. Conseqüência imediata e paradoxal foi a fragmentação que incorreu na perda da visão da totalidade. Como um jogo analítico entre o exame de uma só árvore ou a abrangência da floresta como unidade, os estudos sobre a evasão dos espanhóis passaram de um extremo ao outro. É verdade que a vastidão do tema e as dificuldades de agregação documental induziram a isso, mas, deve-se perceber que recentemente os melhores trabalhos sobre o assunto remetem a esse processo historiográfico

⁶ O primeiro estudo sistemático abordando o tema da assimilação dos espanhóis fora de suas fronteiras foi "The assimilation of foreigners in France" (1950). Independente das possibilidades de retorno, o autor Georges Mauco evidenciava o processo de assimilação.

⁷ O êxodo espanhol provocou o que Javier Rubio chamou de "mercado de cérebros", ou seja o processo de triagem que muitos países exerceram sobre os espanhóis selecionando-os de acordo com os interesses intelectuais de suas instituições.

buscando, pela comparação, a integração do movimento que, afinal, recoloca a questão em termos de bloco⁸.

A par do grau de complexidade de uma evasão que atingiu pelo menos duas dezenas de pólos expressivos de recepção, com a América – em particular com a América Latina – tudo foi muito mais complicado. Vários fatores atrapalharam a boa compreensão unitária do fenómeno⁹. Como seria de se esperar, pelo fato do México ser o único país a oficialmente ter apoiado os republicanos desde o começo da contenda, foi também o pioneiro e o que mais se dedicou aos estudos da aceitação, trânsito e adaptação desse contingente ao próprio meio social, cultural e econômico¹⁰. Pode-se dizer que muitos trabalhos tentam dar conta daquela experiência que, contudo, foi politicamente diferente das demais nações do continente. O nível de requinte dos estudos sobre os espanhóis no México atingiu já a atenção específica às crianças, as mulheres, aos intelectuais, aos doentes, aos religiosos. A tal ponto se multiplicaram os textos sobre espanhóis no México que em 1982 o governo daquele país, por conta do Presidente da República José López Portillo, oficializou um formidável levantamento de experiências contendo mais de um milhar de olhas citadas. A obra coletiva *El Exilio Español en México* provocou questionamentos sobre o que teria sido o mesmo fenómeno em outros sítios (Fondo de Cultura Económica, 1982).

Independentemente dos cuidados mexicanos, outros países também foram contemplados dando sentido ao que Javier Rubio chamou de “ilhas” ou “arquipélagos”. Países como República Dominicana,

⁸ Entraves adaptativos psicológicos importantes atuaram sobre a mente espanhola imigrada que, em parte, guardava o mito do retorno. A tal ponto isso foi importante que o escritor exilado Max Aub, ainda em 1960 no livro “La verdadera muerte de Francisco Franco”, sugeriu ser a morte do generalíssimo o “limite técnico” capaz de marcar a decisão de voltar ou não.

⁹ As estratégias para se conseguir a entrada em diferentes países da América Latina fez com que as determinações políticas nacionais fossem contornadas de maneira a sugerir menos o exílio e mais o processo imigratório. Apenas três países da América Latina não ofereceram barreiras aos espanhóis que saíram de seu país por motivo da Guerra Civil: México, República Dominicana e Chile.

¹⁰ Apesar do apoio governamental, o povo mexicano nem sempre aceitou abertamente os espanhóis. Sobre o tema, leia-se de Patricia W. Fagen (1975), p. 42-60.

Chile, Colômbia, Uruguai, entre outros de língua espanhola, foram sendo incorporados até que se chegasse ao ponto de haver uma tentativa que extrapolasse os limites da fração. Nesse sentido, o texto *The Spanish Civil War 1936-39*, organizado por Mark Falcoff e Frederick B. Pike, atesta o esforço integrador de um posicionamento que seria maior que o de cada Estado isoladamente. Nesse texto, aliás, são contemplados: México, Cuba, Colômbia, Peru, Chile e Argentina (University of Nebraska Press, 1982). Antes, porém alguns autores, sempre espanhóis, se ativeram sob a premissa organizada a partir da Espanha, mas aos poucos foram levando em conta os lugares de recepção. Essa é, por exemplo, a posição de José Luis Abellan (1976), Vicente Llorens (1976) e Javier Rubio (1977)¹¹.

Depois de Falcoff, como ocorrera em vários países, nacionais começaram a visitar os interiores desse fenômeno, incorrendo, contudo em um pressuposto de consequência cruel: a verticalização do processo de adaptação nacional *versus* a perda da visão de conjunto. É assim que em praticamente cada país da América Latina se observou pelo menos um importante estudo sobre a chegada dos espanhóis evadidos da Guerra Civil, como por exemplo, Cuba (Ramón Nicolau Gonzalez); Colômbia (Vincente Llorens); Peru (Gerold Gini Baumann) e Argentina (principalmente Ernesto Goldar) entre outros. Questões de identidade e memória, passam então a freqüentar as análises que, por sua vez, não deixam de ser atentas aos sonhos de volta. Os dilemas montados entre a construção de identidades e a obsessão da volta se constituem em miolos analíticos férteis.

O livro de Dora Schwarzstein *Entre Franco y Perón: memoria e identidad del exílio republicano español en Argentina* se coloca na perspectiva historiográfica dos trabalhos que levam em conta a parcela de evadidos que atuaram na Espanha, mas que fracassada a causa republicana deixaram seu país natal em troca de outras terras. Coerente com as modernas abordagens, a noção de memória e de identidade são privilegiadas de maneira a recortar o conjunto dos espanhóis evadidos, todos

¹¹ Ainda que hajam estudos variados sobre o tema feitos por não espanhóis, sem dúvida, o marco divisorio foi dado pelo livro de Patrícia W. Fagen. Ela aliás, é também pioneira nos trabalhos com entrevistas.

republicanos¹². Composto de oito capítulos (além de uma alentada introdução e das notas) o livro segue a linha dos acontecimentos, partindo da derrota republicana, passando pelos problemas de “escolha” de onde ir, fases de adaptação e concluindo pelos dilemas de memória e identidade sob a égide do peronismo argentino. A simples montagem instiga um problema fascinante: como os espanhóis “republicanos” estabeleceram as negociações de convívio com uma realidade física, cultural, econômica e, sobretudo, política tão diferente e em certos casos adversas ou contraditórias?

Com nítida intenção de uso metodológico de História Oral, Schwarzstein esclarece com precisão seus pressupostos teóricos. Pretendendo um “caráter dialógico” para as fontes orais, elas são indicadas como parte essencial de um processo instrutivo que tanto trabalha com documentos originais e fontes secundárias, como com a historiografia indicada. Para ela o “objetivo fundamental da entrevista é a recuperação da memória” e, ainda que não haja maiores esclarecimentos de que tipo de memória trata (individual, de grupo político, cultural, social, coletiva), o andamento do trabalho indica que o alvo é a percepção de um grupo, “uma comunidade”, como um bloco sintetizado pela condição de “espanhóis republicanos”. Ainda que haja referência explícita a algumas características grupais, reclama-se de maior profundidade na abordagem de gênero, “nacionalismos espanhóis” e faixa etária. Foi a saída como um “trauma” o fator que cunha a comunidade de destino desses evadidos. Assinalando, contudo, que em termos de classe social a pluralidade do grupo era grande, a meta é o entendimento daqueles que não são usualmente contemplados no processo.

Definindo o formidável deslocamento humano como “uma forma peculiar de imigração que permite completar o estudo dos fenômenos migratórios, em geral dedicados aos processos de massas”, a autora garante que apesar disso tentou “mostrar a especificidade e diferenças do contexto de outros exílios, assim como a respeito dos demais imigrantes”. Ao problematizar o conceito de exílio, nota-se a preocupação

¹² É importante lembrar que alguns autores advertem quanto à variedade de orientações políticas dos espanhóis exilados. Vicente Llorens, por exemplo, em *El Exilio Español* (1976, p. 97-98).

em não rebaixar o conteúdo político dos republicanos. A preocupação de partir das levas de chegada como ponto de inclusão dos espanhóis em solo argentino, passa a ser medido pela ótica da participação política. Daí a oportunidade de usar memória e identidade como meios operacionais para aquilatar a manutenção da espanholidade republicana ou da argentinização.

Tendo defendido de saída que, como Alessandro Portelli, as entrevistas são construídas na base de perguntas e respostas, os diálogos indicam um direcionamento, uma busca de confirmações orientadas a atingir o problema buscado: o diálogo com os documentos e as variações das versões. Tendo feito ao longo de vários anos setenta e duas entrevistas com republicanos espanhóis e mais quinze com argentinos, seu campo de prova foi “a chegada e inserção”. A operação analítica visava o que chamou de “gente comum”, ainda que entre os entrevistados constassem nomes relevantes da cultura espanhola, como Túlío Halperín Donghi, Emilio Madariaga, Pilar Mira y Lopez, Nicolas Sanchez Albornoz. Schwarzstein, no entanto, adverte que tais figuras foram usadas para instruir informações gerais, de senso comum e histórico, não como heróis exemplares. Diligentemente, o ritmo do trabalho é mantido de maneira a mostrar as estratégias promovidas pelos cidadãos comuns em busca de um lugar no mundo que os acolheu sem contudo ser o seu próprio. Nesse sentido, aliás, é que a autora carrega o conceito de comunidade.

O ponto de vista analítico não foge do pressuposto da historiadora. É a História que disciplina a leitura documental e a rigidez do método empregado como História Oral se rende à recriação dos fatos levando em conta os movimentos de memória. Logicamente há sofisticação no *constructo* histórico. Na proposta, o livro leva em conta a fragilidade dos depoimentos enquanto verdades inquestionáveis e apenas os considera como indicativos de possibilidades analíticas na medida em que são cruzados com outros documentos aptos à assertividade factual. A par disso, porém, a autora põe em relevo a falibilidade das narrativas como um recurso a mais para a explicação “da complexidade e riqueza da experiência humana”. São, portanto, dois os movimentos pretendidos, o de historiadora comprometida com a exatidão dos fatos e datas e, ao mesmo tempo, atenta ao aspecto social da vida dos personagens que vivenciaram o fenômeno.

O primeiro capítulo dá conta da derrota e destino dos republicanos. Sem apresentar novidades documentais ou dados novos, basicamente reafirmando a historiografia convencional sobre o tema, a construção narrativa serve de cenário para explicar os paradeiros, em particular na América Latina: o México, Chile e a República Dominicana. Instruem as informações, principalmente, as informações de Javier Rubio que dão conta dos dados demográficos. Tudo nesse capítulo é promessa bem construída das intenções indutivas da autora.

De importância fundamental o segundo capítulo diagnostica os fundamentos da política argentina em face das imigrações em geral e em particular da espanhola. A preocupação nessa parte diz respeito ao processo como um todo, pelo menos desde 1853. Ênfase acentuada recai na década de 1930, dividida em duas etapas: uma antes de 1936, quando os totais de imigrantes decresceram, e, depois de 1936 quando os espanhóis republicanos então apareceram aos olhos legislativos como “*extrangeros indeseables*”. Ainda que a legislação fosse taticamente ambígua, para a elite política não pairava dúvida quanto à diferença entre imigrante e exilado. Mas, e os espanhóis republicanos, como se sentiam? Entre os argumentos destacados, o papel internacional da Argentina que pretendia ser “coordenadora do controle da política imigratória no âmbito internacional”, mantendo, contudo, dentro de seu território frações contraditórias. Defensora internacional do direito de asilo, a ambigüidade se instalava. De um lado, a legislação interna limitando severamente o ingresso dos imigrantes “perigosos”. De outro, reações progressistas como de um deputado “radical unionista” que levantava a bandeira da *Ajuda ao Povo Espanhol*. A contenda foi árdua, complicada e discriminatória, pois apesar de se flexibilizarem as leis em geral, promovendo uma certa tolerância aos imigrantes espanhóis, abriu-se franca exceção os bascos, tidos como trabalhadores e honestos.

O terceiro capítulo aborda, mais do que a chegada dos republicanos, os mecanismos estratégicos de inserção na sociedade local. Abrindo essa parte com razoável detalhamento das diferenças de classe e nível cultural dos espanhóis, a autora salienta também “algumas variações quanto à procedência”. Ainda que o tema deixasse curiosidade, o progresso do texto leva a contemplar as razões da escolha pela Argentina. Sem dúvida, o argumento da adaptação dá mais ritmo ao estudo que

passa a exibir as divisões internas, de espanhóis que chegaram antes, e as expectativas em relação aos dilemas da pátria mãe. A grande explicação para o incômodo destino de “emigrados” era baseada na existência de ramos familiares facilitadores das “cartas de chamadas”. Outros fatores que pesaram remetiam ao fato da reputação européia do país e das instituições culturais que preexistiam aos acontecimentos trágicos da Guerra. Se os que possuíam familiares e aqueles que tinham postos e dinheiro de alguma forma tinham facilidades, para os demais foram necessários mecanismos engenhosos para adentrar. Alguns preferiam comprar passes via Paraguai, Bolívia ou Brasil; vistos de turistas também foram usados como recurso tático. Essas práticas tinham sido exercitadas na Argentina pelos judeus, com quem, aliás, os espanhóis republicanos eram aproximados – tema sobre o que autora constantemente traça paralelos provocantes. Afora os três países latino-americanos abertos à imigração legal (México, República Dominicana e Chile), na Argentina, como nos demais, a “ação imigratória” decorria do esforço individual, de pessoas ou família. O resultado porém foi fantástico posto que os espanhóis conseguiram estabelecer uma trama de relações que influía a seu favor ou que pelo menos atenuava sua absorção como se fora outro imigrante qualquer. Sutilmente fica indicada a construção de uma imagem de espanhol republicano que tinha personalidade própria em solo argentino.

O tema da solidariedade e da reorganização grupal emerge no capítulo quarto. Como ocorreu em outros países latino-americanos, na Argentina também os setores progressistas se orientaram a partir de uma propaganda contra o reconhecimento do governo de Franco em Burgos. Pode-se dizer que a divisão foi tão radical de um lado como de outro que se confundiram os campos da Guerra. As instituições liberais espanholas em Buenos Aires se unificaram, dando dimensão antagônica ao posicionamento oficial. Sob esse aspecto aliás, o impacto do movimento republicano serviu para revitalizar a colônia previamente estabelecida. Schwarzstein, contudo, centrou sua vista na solidariedade que os argentinos articularam, tanto em relação aos republicanos que estavam na França como aos de lá. Quando os espanhóis começaram a chegar em 1939, a Argentina estava mobilizada e a movimentação geral sobremaneira marcou a memória dos exilados. Uma série de medidas foi tomada visando a melhoria dos espanhóis e o apoio era, em

muito, capitaneado pela Universidade de Buenos Aires e pelos círculos cultos. O prestígio intelectual dos espanhóis fazia com que as simpatias gerais fossem canalizadas em favor da causa liberal e nesse sentido fermentava a relação entre a política e as letras, artes e ciências. O retorno era palpável e foi amplamente difundida a pretensão europeizante que vinha com o movimento. Em nível intelectual, contudo, houve também incidentes em que a troca de opiniões chegou ao limite dos possíveis. Sem dar lugar a neutralidades, por exemplo, Victoria Ocampo teve que se definir frente o debate estampado na revista *Sur* sob sua direção. O debate havido entre o republicano José Bergamín e o conservador Gregório Marañón fizeram com que a editora saísse de uma neutralidade de conveniência e enfrentasse a reação filofranquista. Dessa trama, emerge a figura de Natalio Botana, diretor do jornal *Crítica*, que seria uma figura chave no apoio aos republicanos. Ao falar de Botana, a autora procede a interessantes cortes nas entrevistas que a ele se referiam. Tal fora o impacto do jornalista de *Crítica* que sua imagem ficou gravada para além dos fatos reais e comprovados. A análise feita sobre enganos, desvios e até erros que os entrevistados cometem se constituem no achado da autora que então adentra nas questões de memória e identidade.

Se o capítulo anterior foi atento às estratégias da elite intelectual, o quinto se presta para o acompanhamento dos menos favorecidos. As pensões ou aposentos baratos foram os lugares preferentes daqueles que não tinham familiares. Juntamente com os judeus que também se instalavam em Buenos Aires, para a maioria as condições eram piores das que tinham na Espanha. O rebaixamento do nível de vida influenciou na aceitação da condição de “imigrante” e atuou sobre a memória dando um aspecto heróico e determinado ao processo. Em termos de análise da memória, a autora chama a atenção para a distância entre a exclamação geral de uma recepção “extraordinária” e as dores do ingresso no mundo do trabalho. As oportunidades de ocupação profissional eram poucas e na maioria das vezes os espanhóis tinham que fazer o aparecia. A grande abertura, contudo, se deu no campo das casas editoriais. Aliás, foi no campo da cultura que a grande contribuição espanhola se fez. Um rápido e discutível processo de “argentinizacão” envolvia a todos os exilados que logo passaram a criar espaços de acomodacão e convívio. Os testemunhos são ricos ao mostrar as semelhanças e

diferenças entre os grupos, fato que evidenciava a alteridade das partes e marcava as regras das negociações. Aos jovens, como seria de se esperar, foi dada a ventura de integrações mais plausíveis, pois a memória dos espanhóis mais velhos reforçava uma característica das marcas mais expressivas dessa imigração: a dependência das tradições históricas da pátria-mãe.

Sob o título “A Esperança do Retorno”, o sexto capítulo é aberto mostrando o vínculo entre a memória dos espanhóis e o tema da política. O fato de ter deixado a Espanha por razões alheias às suas vontades serviu de justificativa para manter a exaltação à pátria de origem e, ao mesmo tempo, para explicar suas saídas e permanências alhures. Logicamente, nesse contexto, a preparação para a volta era uma espécie de obrigação filial e determinação política. A essa altura do livro, porém, a autora retraza as ambigüidades emergentes entre a participação política do país distante e os desafios imediatos, argentinos. Assim vai se mesclando a narrativa da subida de Perón ao poder com as interferências dos espanhóis. O crescente controle da imprensa desde o advento de Perón à Presidência da República em 1946 vai antagonizando a oposição, em particular a universitária, e com ela os espanhóis. Aos olhos dos exilados, bem como dos demais, a afinidade entre o Presidente da Argentina e o Generalíssimo era grande. A simpatia mútua logo foi se materializando em acordos e pode-se dizer que a Argentina, mais do que aliada, passou a ser uma espécie de cúmplice da Espanha. As diferenças entre os espanhóis que viviam na Argentina se ampliaram. Republicanos e nacionalistas se extremaram e passava-se a viver na América o antagonismo da Europa. O ápice desses movimentos se deu por ocasião da posse de Perón, quando a delegação espanhola se viu frente ao crescente número de manifestações Republicanas. A tensão só se esvaziou quando as conseqüências da Segunda Guerra se agravaram desviando a atenção geral.

O sétimo capítulo trata do impacto do peronismo na política e memória dos exilados. A remessa da discussão para o âmbito do debate internacional, nos anos que se seguiram ao fim da Grande Guerra, fez com que entre os exilados na Argentina fossem amainadas as disputas. Posto que além da Argentina, outros países também normalizavam as relações com a Espanha, os espanhóis se viram como que convidados a participar das questões locais. Um movimento de memória,

contudo, aconteceu fazendo com que os discursos dos exilados se reorientassem. Vendo o peronismo como uma forma de franquismo atenuado, os espanhóis exilados não conseguiam compreender como muitos daqueles que tinham defendido a Espanha republicana agora aderiam ao movimento de feições fascistas. Por sua vez, a caída de Franco parecia cada vez mais remota e aos espanhóis restava esperar.

No último capítulo, “A complicada trama da identidade”, os depoimentos vão ganhando foros de autonomia e, mais desligadas das citações historiográficas, as falas animam os argumentos conclusivos. A retomada dos pressupostos da História Oral serve para mostrar como através dos discursos os espanhóis foram construindo uma representação do que são e do que queriam ser. O suporte teórico segue a proposta de Homi Bhabha e de Edward Said. Tratando da “eliminação do outro” garantida pelas “múltiplas subjetividades”, os critérios da negociação da própria identidade marcam o posicionamento dos espanhóis que viram envelhecer, sem renunciar, o posicionamento político imigrado. Assim, a autora tematiza as trajetórias mostrando: a saída da Espanha, a política e o “retorno”. O arco das experiências coletivas confirma a hipótese que anunciava “uma comunidade de exilados” fundada na experiência existencial comum. Concluindo que os indivíduos inventam sua identidade atreves da construção mnemônica, fica exposto o caráter complexo do grupo que em vez de se perder se redefiniu em face do fenômeno peronismo. No processo de organização grupal, a diferenciação que os espanhóis vindos pela Guerra Civil fizeram frente aos seus patrícios chegados anteriormente é uma realidade também visível nos judeus, italianos e alemães na Argentina. Ao mesmo tempo, os espanhóis retraçaram laços com os patrícios preexistentes na América. A fluidez da conclusão ganha autonomia na medida da comparação com o México. Na Argentina, o ambiente político impôs a eles uma participação imediata e direta. Sem abrir mão da consciência de um “antes” e de um “depois”, eles acabam por se sentir exilados.

O livro de Dora Schwarzstein pode ser considerado um acontecimento na História Oral latino-americana, quase sempre serva dos textos europeus ou estadunidenses. A reflexão teórica instrui o uso do testemunho de forma luzidia e fértil, permitindo que um tema “nosso” perfilasse entre outros do porte de Luiza Passerini, Alessandro Portelli e Mercedes Vilanova.

Referências bibliográficas

- AUB, Max. *La verdadera muerte de Francisco Franco*. México, Mex Editores, 1960.
- FAGEN, Patrícia W. *Transferrados y Ciudadanos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1975.
- FONDO DE CULTURA ECONÓMICA / SALVAT. *El Exílio Español en México*. México, Fondo de Cultura Económica / Salvat, 1982.
- LLORENS, Vicente. *El Exílio Español*. Madrid, Taurus Ediciones, 1976.
- MALAGRON, Javier. "Los Historiadores y la Historia en el Exílio". In: *El Exílio Español de 1939*. Vol. 5. Madrid, 1948, p. 246-357.
- MAUCO, Georges. "The assimilation of foreigners in France". In: *Supplement to Population Studies*. London, 1950.
- UNIVERSITY OF NEBRASCA PRESS. *The Spanish Civil War 1936-39: American Hemispheric Perspectives*. Lincoln, University of Nebraska Press, 1982.